

## ASPECTOS DA IMPRENSA E DA MODERNIDADE AMAZÔNICAS: UM ESTUDO DO CENTRO ÀS PERIFERIAS

Luís Francisco Munaro<sup>1</sup>

### RESUMO

A institucionalização da imprensa na Amazônia teve início quando Felipe Patroni se voltou para refletir a condição do Grão-Pará no Reino Luso-brasileiro. Enquanto integrante da Universidade de Coimbra, Patroni objetivou através do jornal *O Paraense* cercar o seu leitor de referenciais liberais, capazes de levarem-no a refletir sobre uma política monárquica adaptada à singularidade da elite amazônica. *O Paraense* constitui um aspecto fundador da modernidade amazônica. Contudo, incide apenas sobre um aspecto dessa modernidade, aquele construído em torno de relativamente sólidas práticas de impressão e leitura. Além dele, os discursos modernos se espalharam através de vários mecanismos de difusão, como as leituras em voz alta ou as conversas nos espaços de sociabilidade crescentemente disponíveis. Ainda que existam registros de vários periódicos em pontos periféricos da Amazônia, não tem havido investimento acadêmico num diálogo mais amplo acerca das ideias modernas nessas periferias. Este artigo, assim, tem como objetivo explorar os vários impulsos que a palavra escrita recebeu em seu contexto de construção na Amazônia brasileira, percebendo a necessidade ativa das várias elites periféricas instituírem a sua filiação a um país em processo de constituição (BICALHO, 2009). Além de um mapa geral da questão da imprensa amazônica em seu primeiro século (1822-1922), busca situar o surgimento dos primeiros jornais periféricos. Apesar da questão da imprensa amazônica poder ser pensada segundo um padrão de institucionalização da imprensa brasileira como construído por Lavina Ribeiro (2004), é preciso perceber como as periferias invocam seu sentimento de participação buscando sentir-se inclusas na construção da nacionalidade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da imprensa; Amazônia brasileira; Modernidade; Periferias; Jornalismo.

### ABSTRACT

The institutionalization of the press in the Amazon began when Felipe Patroni turned to reflect the condition of Grão-Pará in the Luso-Brazilian Kingdom. As a member of the University of Coimbra, Patroni aimed through the newspaper *O Paraense* surround his readers with liberal ideas, able to take them to reflect on a monarchic policy tailored to the uniqueness of the Amazonian elite. *O Paraense* is a founding aspect of the Amazon modernity. However, focuses only on one aspect of modernity, one built around relatively sound practices of printing and reading. Besides him, the modern discourses have spread through various dissemination mechanisms, such as readings aloud or

---

<sup>1</sup> É graduado em Jornalismo e em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Guarapuava - PR). Possui mestrado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisa História Moderna, História da Imprensa, História amazônica e Redes sociais digitais.

conversations in social spaces. Although there are records of several journals in peripheral points, there has been no academic investment in a broader dialogue about modern ideas in these peripheries. This article therefore aims to explore the various impulses that received the written word in its context construction in the Brazilian Amazon, realizing the need of several active peripheral elites establish their membership to a country in process of creation (BICALHO, 2009). In addition to a general statement of the issue of the Amazon press in its first century (1822-1922), seeks to situate the emergence of the first peripheral newspapers. Despite the issue of Amazon media can be designed in a pattern of institutionalization of the Brazilian press as built by Lavina Ribeiro (2004), one must realize how outskirts invoke the sense of participation seeking to feel included in the construction of Brazilian nationality.

**KEY-WORDS:** History of the press; Brazilian Amazon; modernity; peripheries; Journalism.

Com o avanço das Cortes de Lisboa, produto da Revolução Liberal no Porto, a liberdade de imprensa foi pela primeira vez adotada em terras brasileiras. Em 8 de junho de 1821, passava a ter vigência no Brasil a nova Constituição Portuguesa, favorecendo a criação de periódicos nas principais províncias, ainda que através de escassos recursos intelectuais. O centro brasileiro mais atingido pelo letramento, o Rio de Janeiro, viu aparecer uma série de periódicos que se digladiaram pela definição da estrutura política mais própria ao Brasil (LUSTOSA, 2000). Na Bahia, a *Sentinela Constitucional Bahiana* e, no Maranhão, o *Conciliador Maranhense*, surgiram no mesmo ano para sustentar a adesão formal do povo, da “opinião pública”, às diretrizes políticas adotadas pelos constitucionais em Lisboa.

A Revolução Constitucional teve rápida aprovação no Brasil, motivando inclusive jornalistas mais experientes, como Hipólito da Costa, a acompanharem detidamente os sucessos das Cortes, relatando-as e comentando-as de Londres ao seu público *brasiliense*. No mesmo ano de 1821, o constitucional Felipe Patroni, que estudava no centro de formação intelectual mais importante do mundo lusófono, saía da Universidade de Coimbra em direção à Amazônia, onde deveria assegurar, através da capital Belém, a adesão da província do Grão-Pará ao movimento constitucional. Trazendo consigo uma tipografia e um tipógrafo profissional, Garção de Melo, Patroni manifestou-se a favor da união de Brasil e Portugal debaixo dos pressupostos da nova Constituição capitaneada pelos revolucionários Fernandes Thomás e Ferreira Borges. Une-se, assim, aos discursos dos jornais metropolitanos em prol da sustentação do Reino Luso-brasileiro.

Esta retórica que indica para a formação de um poderoso reino capaz de reunir portugueses dos dois lados do Atlântico teve como espaço de construção e sociabilização a própria Universidade de Coimbra. Na década de 1790, preocupado com a insatisfação de vários setores sociais brasileiros diante da vigência do colonialismo, D. Rodrigo de Souza Coutinho começou a se preocupar com a modernização da economia e com a execução de benefícios políticos para o Brasil, teoricamente capazes de afastar o risco de revoluções similares àquelas que aconteceram na França, Estados Unidos e começavam a ameaçar o mundo hispânico. O discurso de D. Rodrigo, que se tornou marcante sobre as elites luso-brasileiras, influenciou profundamente várias gerações de intelectuais preocupados com a questão brasileira. Como lembra Lúcia Neves, a respeito da “geração de 1790”,

No final do século XVIII, Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Marinha e Ultramar e presidente do Real Erário, cercou-se de inúmeros naturais do Brasil formados em Coimbra, cujas atuações e serviço da Coroa portuguesa tornaram-se cada vez mais evidentes nessa conjuntura, tanto através das comissões de quem eram encarregados, quanto através das memórias que lhe dirigiam. Dentre eles, podem-se assinalar José Bonifácio de Andrada e Silva, Manuel de Arruda Câmara, José Vieira Couto, o bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho e Hipólito José da Costa. Consciente da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, d. Rodrigo pretendia, de um lado, favorecer a elaboração e a difusão entre as elites intelectuais de um plano de reformas para o Império português, que visasse a reduzir a insatisfação da população colonial com os impostos e gravames de todo o tipo colocados pela administração metropolitana. De outro, considerando a importância do Brasil para a sobrevivência econômica e política de Portugal, ele imaginava a criação de um grande Império Luso-Brasileiro, em que o português “nascido nas quatro partes do mundo” se sentisse unicamente e não mais do que português (2002, p. 471).

Ainda que tardiamente, Felipe Patroni trouxe para o Grão-Pará parte dessa bagagem que indicava para a reconstrução do poderoso reino desfavorecido pelo sistema econômico inapropriado. Apontando para a renovação da monarquia através da Constituição, da obediência às leis e respeito unilateral à liberdade de expressão, fundou em 1822 seu periódico *O Paraense*. Não se tratava, portanto, de uma voz amazônica isolada, ou de um curioso caso de ilustração e natividade: Patroni sustentava uma retórica e convicções muito específicas de uma época que via na Constituição para instrumento necessário de salvar o Reino Luso-brasileiro, resguardando a união do Velho e Novo Continentes.

É errado, portanto, como apontou Geraldo Mártires Coelho (1993), condicionar sua visão sobre a liberdade de imprensa como uma adesão deliberada à independência brasileira. As dificuldades encontradas para comunicação com o centro decisório do Rio de Janeiro, assim que estourou a independência de 1822, tornavam difícil o estabelecimento de uma conexão afetiva com os patriotas paulistas em torno de José Bonifácio. O Grão-Pará, enquanto província secundária no jogo de interesses políticos brasileiros, estava mais próximo da Bahia, do Maranhão e principalmente de Portugal. Mencionando muitas vezes a “rebelião” das “províncias do sul”, nem o *Conciliador* e nem *O Paraense* manifestaram-se favoráveis à ruptura do secular Reino Luso-brasileiro, dentro do ideal pragmático da Universidade de Coimbra, senão quando a inabilidade diplomática das Cortes de Lisboa já haviam tornado a continuidade da união impossível. Segundo Geraldo Mártires, ambos os jornais

Tinham em comum o fato de representarem artigos que traduziam o domínio, pelos seus autores, das categorias do discurso vintista e das matrizes do pensamento ilustrado, incorporadas à semântica da Regeneração. Por último, ao se observar a regularidade e a intensidade do comércio de livros entre Lisboa e o Maranhão durante a segunda metade do século XVIII e o início do XIX, bem mais expressivo do que o verificado em relação ao Grão-Pará no mesmo período, constata-se não apenas o evidente representado pelas preocupações intelectuais da *intelligentsia* maranhense (COELHO, 1993, p. 100).

Daí as condições ambíguas e relutantes com que essas periferias acabaram aderindo ao sistema monárquico estabelecido no Rio de Janeiro. Importante apontar que poderia parecer mais adequado para Bahia, Maranhão ou Grão-Pará assumir a tendência continental da política republicana, a exemplo do que acontecia em todo o restante do continente americano. Supomos, nesse sentido, que justamente a pressão do intelecto coimbrão que representava boa parte do *establishment* intelectual brasileiro pode ter ajudado a manter as elites regionais dispostas a lutarem pela monarquia em sua encarnação portuguesa – lembrando que o novo símbolo do Brasil era D. Pedro I, herdeiro bragantino que, em 1831, voltaria para Portugal requisitar a Coroa lusa.

Se, num primeiro momento, o intelecto coimbrão de Patroni manifesta a sua firme adesão ao Vintismo, a incompatibilidade entre a administração militar do Grão-Pará patrocinada pelos constitucionais e a necessidade de garantia de liberdade e igualdade acenderam os problemas políticos que levariam à extradição do jornalista para Portugal (COELHO, 1993, p. 164). A assunção da redação por João Batista

Campos tornou as cobranças relativas às Cortes de Lisboa – dentro de suas promessas liberais – mais gritantes, criando ardentes conflitos que terminariam no fechamento do *Paraense* em 1823.

A institucionalização da imprensa na Amazônia, portanto, tem início quando o intelecto coimbrão de Patroni se volta para a resolução da questão luso-brasileira. Na condição de ilustrado e pedagogo, precisava cercar o seu leitor de referenciais letrados, capazes de levarem-no a pensar num organismo político moderno e na organização racional do Estado Monárquico. Como lembra Geraldo Mártires, pelo menos as seis primeiras edições do jornal estão mais preocupadas com Montesquieu, Locke e Bentham (1993, p. 158) do que com a aplicabilidade prática dos conhecimentos ilustrados. Lentamente, esse esforço pragmático, característico das luzes ibéricas, vai causar o repetido choque do jornal com as autoridades militares na Província.

Este momento bem conhecido da história da imprensa na Amazônia demonstra como sujeitos imbuídos de práticas letradas estão ciosos de descobrir qual a filiação nacional mais acertada num mundo de fronteiras indefinidas. Tanto quanto Hipólito da Costa constitui um importante discurso modelador das primeiras práticas jornalísticas no Rio de Janeiro, a capital do Império Brasileiro, Patroni seria fundamental para a instrução política e convencimento de seus pares intelectuais à vigência do sistema monárquico.

Esse é um aspecto inicial, fundador, da modernidade amazônica. Contudo, diz respeito a apenas um aspecto da ilustração, o mais visível, construído em torno de sólidas práticas de impressão e leitura. É preciso considerar, para avaliar a questão do surgimento e dispersão da palavra impressa na Amazônia, as várias formas de leitura e difusão de perspectivas políticas ilustradas. Logo em 1835, a Revolta Cabana demonstraria a pouca aplicabilidade prática dos conhecimentos ilustrados e confusões políticas que se revezariam no poder de Malcher, Vinagre e Angelim. Por outro lado, demonstrariam uma vontade generalizada, talvez apenas carecendo de um impulso intelectual mais consistente, de firmar-se numa lógica de governo republicana independente do duvidoso governo monárquico de D. Pedro II – lembrando o quão perto, a partir de pressões inglesas sobre Eduardo Angelim em 1836, o Grão-Pará esteve de configurar um Estado independente.

As ideias ilustradas se espalhavam através de comunidades mais amplas através de leituras em voz alta ou de conversas nos espaços de sociabilidade crescentemente

disponíveis. Ainda que existam bases teóricas suficientes para especular sobre a expansão de ideias por vias orais em nações que, mesmo periféricas, anseiam seu ingresso na modernidade, e também registros de vários periódicos circulando em pontos distantes da bacia hidrográfica amazônica, não tem havido investimento num diálogo mais amplo acerca da recaptura das ideias modernas nessas periferias.

Este artigo, nesse sentido, tem como ponto de partida uma breve exploração da imprensa na Amazônia a partir desses sistemas gerais de pensamento herdados do Vintismo, que se perpetuam, de forma geral no Brasil, até o fim do Império. Num segundo momento, avança para uma tentativa de perceber os impulsos que a palavra escrita recebeu em seu contexto de construção, marcado pela necessidade ativa de várias elites locais instituírem a sua filiação a uma nação em processo de constituição.

## 1. A imprensa do centro

O esforço pioneiro de Felipe Patroni foi posterior a várias iniciativas surgidas em 1821, data do decreto da liberdade de imprensa: *O Malagueta*, *O Revérbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro* foram jornais que buscaram adequar as luzes ibéricas à política brasileira que ensaiava sua participação nas Cortes de Lisboa, antes mesmo de propagarem ideias relativas à independência política do Brasil. No que concerne ao *Paraense*, constituiu esforço fundamental para a criação de uma esfera pública no Grão-Pará, capaz de mobilizar negociantes locais em torno da importância de combater o antigo Pacto Colonial argumentado pelas Cortes de Lisboa. Segundo Netília Seixas, *O Paraense* “influenciou significativamente o ambiente político-administrativo local, tornando-se ponto nodal da opinião pública que passou a constituir na ocasião” (SEIXAS, 2011, p. 227).

Ainda que com alguma diferença de tempo em relação à imprensa no Rio de Janeiro, Patroni reconheceu a mesma “intenção recolonizatória” e o descompasso entre a administração lusitana no Grão-Pará e as decisões das Cortes de Lisboa no que diz respeito à importância do pensamento liberal (sobretudo a liberdade de imprensa). Juntamente com outros elementos coimbrãos como Hipólito da Costa e José Bonifácio, Patroni se tornou um importante difusor das ideias liberais no Brasil.

A literatura liberal, nuclear para perceber a situação política do Brasil durante o Império, é reutilizada segundo as convicções dos vários grupos que se alternam no

poder do Grão-Pará. A introdução destas ideias no Norte do país, já ensaiada através da importação de livros proibidos no Maranhão, assumia a disposição específica de combater o autoritarismo do governo militar na região e a censura à palavra impressa. Tais pregações liberais renderam a Felipe Patroni a extradição. Em seu lugar, no *Paraense*, permaneceu o Cônego Batista Campos, intensificando a luta contra a hegemonia lusitana no aparelho de governo da província. Segundo argumento de Thiago Barros,

Os jornais evidenciam a convulsão política e social provocada pela adesão do Pará ao Império brasileiro. Contraditoriamente, oficiais portugueses continuaram comandando e administrando a província, enquanto revolucionários como o cônego Batista Campos e Lavor Papagaio seguiram na oposição, mantendo a imprensa "incendiária" até a conquista de Belém pelos cabanos, em 1835 (2009, p. 2).

O cônego Batista Campos, ainda atuante no cenário político paraense, teria lançado novas iniciativas impressas, eficazes para criar uma esfera pública de expressão da pequena burguesia local. Canalizando essas vozes arredias à malha burocrática portuguesa, teria sido uma voz importante para agremiar cabeças pensantes que ingressariam a sedição de 1835. O estouro da Cabanagem coincide, inclusive, com a morte do jornalista:

Em resposta aos impressos lançados sub judice do poder, o cônego Batista Campos, em 1834, às vésperas da Cabanagem, fez circular o 'Orpheo Paraense', como órgão da Câmara municipal, de 28 de março até agosto, conseguindo ser seu redator e fazê-lo órgão de sua facção. Essa atitude de Batista Campos culminou na criação da 'Sociedade Philantrópica', também chamada de Partido da força bruta. Organizou-se, no mesmo ano, em outubro, a 'Sociedade União Liberal e Independente', que [...] lançou, em 12 de abril seguinte, o jornal 'A Opinião', impresso na tipografia Alvarez. Era o órgão dos 'liberais moderados e amigos da ordem', uma oposição ao grupo chefiado por Batista Campos (BARROS, 2009, p. 11).

Durante os cinco anos da revolta, a imprensa se tornou menos expressiva do ponto de vista político, apesar do número de 29 publicações mapeado na década de 1830 por Netília Seixas (SEIXAS, 2011, p. 238). Supõe-se que os mecanismos orais de transmissão de ideias tenham sido muito mais importantes entre as massas cabanas cujo imaginário era rapidamente manipulado pelos grupos com pretensão de poder.

Após a sedição, o jornal *Paraense* voltou a ser publicado entre 1842 e 1844. O seu conteúdo corroborava a persistência de um sentimento de indefinição política e, ao

mesmo tempo, a tentativa direta de filiar-se ao sentimento nacional lenta e ineficazmente incorporado pelo cetro de D. Pedro II. Os jornais afirmavam a soberania do país com base na casa monárquica que, de forma pouco convicta, tentava sinalizar um caminho sólido para o Império. Essa dificuldade, desde Hipólito da Costa, dizia respeito a instaurar um dizer-suporte para uma nação em construção, recém tornada independente de Portugal, com todas as suas fraturas sociais e contradições internas. Para tanto, a tradição monárquica era um trunfo que não podia ser evitado.

A discussão política toma a maior parte das quatro páginas do jornal *O Paraense*, entre 1842 e 1844. Essas discussões políticas giram em torno da garantia de que os paraenses abraçariam a brasilidade e, ao mesmo tempo, manteriam vínculo com a monarquia a partir da defesa do rei – que ainda cumpre um papel nuclear de definidor e distribuidor de mercês. Grosso modo, depois da Cabanagem (1835-1840) assinala-se o pacto com o monarca e com o país brasileiro, quando, por outro lado, a pátria cabana de Eduardo Angelim questionava a paternidade de D. Pedro II e sua capacidade política. O redator do *Paraense* assim define o seu papel, vinculando-se ao *Jornalismo Brasileiro*:

Pelo órgão da imprensa livre se dá vida aos preceitos das ciências e das artes; propalam-se as ações dos heróis, transmitem-se através dos séculos às futuras gerações a relação dos usos e costumes e dos sucessos (?) famosos. Daqui se vê pois, que a liberdade da imprensa é essencial em uma nação livre; sem ela desaparece a ilustração e na falta desta não há Liberdade. Fundados pois neste princípio de verdade, é que tomamos a tarefa de escrever-lhes este periódico, que sob o honroso título de *Paraense* começa hoje a representar no *Jornalismo Brasileiro* (Dez, 1842, p. 1, grifos nossos).

Como define na sua primeira página, as prioridades editoriais são o país, o monarca, a Constituição, a civilização e a indústria, vocabulário político fundamental para compreendermos o funcionamento da imprensa política, tudo estribado na garantia da liberdade de escrever:

Sim, o *Paraense* como Periódico político, censurará em termos, todo o cidadão que abusar da lei, toda a política que for contrária aos bens reais do país, e defenderá o monarca e a Constituição, como periódico literário, publicará tudo quanto tender a *melhorar a civilização, formar os costumes, e adiantar a indústria pátria* (Dez, 1842, p. 1, grifos nossos).

As duas fases da imprensa brasileira traçadas por Lavina Ribeiro, relativamente ao século XIX (2004), nos permitem apreciar a sensível diferença que começa a se esboçar no início da década de 1870. Se, no Congresso Nacional, Ruy Barbosa



lamentava o ingresso de várias vozes apócrifas na esfera pública (RIBEIRO, 2004, p. 24), abaixando a qualidade geral do debate político, a verdade é que a pluralidade de vozes que emergem com o crescimento das cidades e o ingresso do Brasil no capitalismo industrial tornam as velhas questões políticas incompletas para uma população urbana diversificada.

Noutras palavras, a formação de uma imprensa urbana aparece como janela através da qual se percebe com clareza o fenômeno do Brasil republicano. A imprensa começava a extravasar essa necessidade sentida pela cidade de conhecer a si mesma em toda a sua variedade social e cultural. Belém e Manaus, tanto quanto o Rio de Janeiro, atravessaram essas mudanças: os jornais deixaram de ser “pesadões” e assumiram uma proximidade maior com seu público variado, cuja simplificação do estilo e recorrência a temas de interesse geral era inevitável (REIS, 1998).

Deixar de lado o “noticiário local”, como acontecia na antiga imprensa política, significava ignorar a própria ebulição da cidade. O jornalismo se transformava absorvendo a vida urbana e agremiava as primeiras vozes dos flâneurs, a figura do intelectual diletante, lentamente vinculado à venda do livro e de sua produção cultural. Diante do que, inclusive, a intelectualidade manauara, ensaiada nos jornais, sente o estigma de não pertencer a um ambiente tão buliçoso quanto o Rio de Janeiro (UGARTE, 2002). Segundo Maria Luiza Ugarte, os jornais se tornam crescentemente urbanos e adotam temáticas mais variadas, ensaiando a tentativa de ingresso numa literatura cosmopolita (2002). Um indício simples dessa transição, no início da década de 80, é a exclusão do monarca da pauta dos jornais e a ênfase crescente no patriotismo e na literatura nacional.

As iniciativas jornalísticas incipientes que começaram em Manaus na década de 50 concernem à própria estrutura da monarquia implantada no Brasil. Os líderes provinciais se alternavam rapidamente no poder. Uma vez tendo a comarca do Amazonas sido incorporada, em seu maquinário político, pelo Brasil, o próprio jornalismo se tornou um porta-voz político das elites que se digladiavam no Congresso Nacional. Não havia outras pautas senão as emanações políticas dos diretores da nação. Pelo contrário, a partir da década de 1880, pode-se perceber

a proliferação de uma grande e diversificada quantidade de jornais que, embora mantivessem muitas das características do período anterior, começam já a mostrar sinais de significativo avanço não só em relação ao processo de

composição e editoração gráfica, mas também no sentido de ampliação da qualidade editorial, consolidando a presença e participação de um grupo cada vez mais amplo de intelectuais que faziam das páginas dos jornais um campo fértil para a contínua troca de ideias e para o desenvolvimento do debate político (UGARTE, 2002, p. 145).

São ecos não apenas da transição republicana quanto da Revolução Industrial que, no caso amazônico, possui uma expressão muito específica. A navegação a vapor e a venda do látex tornaram Manaus uma cidade cosmopolita, com circulação de vozes ampla o suficiente para gerar surtos diversificados de material impresso. Mais preocupados, noutras palavras, com a expressão da própria cidade em ebulição do que com os nem sempre vendáveis jornais recheados de decisões oficiais e ensimesmados debates doutrinários. Aumentando a circulação de estrangeiros, as instituições de ensino e também o número de cidadãos, transforma-se o conteúdo dos jornais que ingressam, definitivamente, a fase de produtos lucrativos.

## 2. A imprensa das periferias

Enquanto fortes movimentos de politização e urbanização surgiam nos dois grandes centros urbanos de Manaus e Belém, outros sentimentos permeavam as periferias amazônicas. Uma grande quantidade de jornais se multiplicava por várias cidades da rede hidrográfica amazônica, jornais ainda intocados pela historiografia, senão gerando interesses monográficos, muitas vezes não acadêmicos. Essa ebulição espasmódica, motivada pelos mais variados fatores, destinada a públicos invisíveis, virtuais, pode ser logo exemplificada pela malha de jornais no Amazonas, reproduzidos em microfilme no Centro Cultural dos Povos em Manaus. Entre o final do século XIX e início do XX, quando a imprensa torna-se um fenômeno capaz de abranger todos os atuais estados do Norte do País, alguns títulos somavam: *Jornal Independente* (Alto Madeira); *Arauto: Órgão dos interesses locais* (Itacoatiara); *O Auaense* (Itacoatiara); *O Barcellense* (Barcelos); *Borboleta: Crítico e Literário* (Carajás); *Brasil Acreano* (Senna Madureira – AC); *Cá e lá: Órgão especial do grupo recreativo cá e lá* (Itacoatiara); *Caravana: Órgão dos alunos do ateneu itacoatiariense* (Itacoatiara); *O Chicote: Semanário vespertino, crítico e noticioso* (Itacoatiara); *Cidade de Coari: Órgão de propaganda do município* (Coari); *Cidade de Lábrea* (Órgão do partido republicano amazonense (Lábrea); *Cidade de Manacapuru: Orgão independente* (Manacapuru); *O*

# TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

*Coaryense: órgão imparcial e semanal (Coari); Comércio do Madeira: Órgão especial do Comércio (Vila Manicoré); Correio de Serpa (Itacoatiara); O Curumy: Jornal Litterário, noticioso, defensor da classe escolar (Porto Velho); O Cravo: órgão da mocidade itacoatiariense (Itacoatiara).*

Pode-se ver assim a diversidade da expressão impressa e da modernidade como alcançava as precárias cidades do interior amazônico. Sendo, contudo, impossível de se deter em todos estes jornais, preferimos, para mobilizar um conjunto substantivo de expressões periódicas, perceber qual o teor da “imprensa fundadora” de cada um daqueles hoje considerados Estados da Federação.

No Acre, o jornal *Acreano*, fundado em 1909, lutava pela emancipação do Acre diante do Amazonas, denunciando os epítetos depreciativos dos jornais de Belém e Manaus contra os acreanos. Estes seriam, como se verá, considerados simples extratores de látex destinados a enriquecer as duas capitais. Em Roraima, por outro lado, território cuja população cresceu em torno da busca pelo fornecimento de gado de corte para a capital manauara, durante muito tempo a palavra impressa ficou confinada à *Folha do Rio Branco*, entre 1914-17, tendo como principal aspecto ideológico a integração e participação na nacionalidade através do circuito manauara. No Amapá, o jornal *Pinsônia*, surgido em 1895, estruturou-se em torno do deputado Francisco de Mendonça Júnior, intitulado-se relativo ao “interesse dos brasileiros no extremo-norte”. Funcionou durante três anos, tendo como sucessor apenas o *Correio do Macapá*, mais de 10 anos depois de seu término.

Este último e também o primeiro jornal de Roraima, *Folha do Rio Branco*, guardam um aspecto em comum: derivam da iniciativa de setores religiosos. No primeiro caso, de um padre de ascendência belga (RODRIGUES, s/d); no segundo, dos missionários beneditinos estabelecidos em Roraima, também vinculados ao governo belga. Diante da escassez de leitores nas duas regiões, não é imprevisível que as ideias modernas tenham alcançado essas áreas, colocando-as no circuito de notícias nacionais, apenas através de religiosos interessados em expandir o círculo de influências do catolicismo.

O jornal *Pinsonia* tocava num tema que seria considerado *fundador* nos jornais da periferia amazônica: a questão da civilidade e inclusão dos habitantes na nacionalidade brasileira. Nesse sentido, costumes apócrifos, desviados da civilidade

branca, sejam eles a mancebia com indígenas, ranços folclóricos, eram vistos de forma pouco amistosa, como nesta passagem de 1898:

Até que afinal desapareceu o infernal folguedo, a dança diabólica do Mar-Abaixo; será uma felicidade, uma ventura, uma medida salutar aos órgãos acústicos, se tal troamento não soar mais, senão nas profundezas da terra, nos subterrâneos onde moram monstros, capazes de suportar tamanho ribombo de extravagante música para meneio imoral e nojento. Graças ao Divino-Espírito Santo, símbolo de nossa santa religião, que só exige a pratica das boas ações, não ouviremos os silvos das víboras que dançam ao som medonho dos gritos dos maracajás, que ao mesmo tempo batem com as patas, produzindo barulho que faz arrepiar as carnes e os cabelos, que é suficiente a provocar doidice à qualquer individuo”. O nosso primeiro artigo à respeito deu no gosto de muita gente boa, que dá alma vida e coração pelo tal brinquedo; deu-lhe no gosto, mas negativamente, pois *não compreenderam o sentido da linguagem, toda moralizada, toda doutrinal, toda civilizada.* (SIC, 25 de junho de 1898, Apud. CANTO, 2009, grifos nossos)

O órgão do deputado Francisco de Mendonça Júnior demonstrava receio similar ao dos monges beneditinos, que temiam em Roraima o contágio local pelas práticas mestiças derivadas de pajelanças indígenas, dos *cafres* da Guiana, ou, curiosamente, das “ideias espíritas” (MUNARO e ZOUEN, 2014). Os missionários beneditinos questionavam vários dos hábitos interioranos, sobretudo aqueles provocados pela miscigenação étnica e cultural, fazendo-o, contudo, num tom menos agressivo que o *Pinsonia*:

Qual será o fim de uma geração que amanhã virá a ser a população de uma cidade, desde que seus pais sejam homens corruptos, homens sem escrúpulos, homens sem moral e que não procuram aprender com os mais moralizados o bom caminho da moral? (*Folha do Rio Branco*, março de 1917, p. 4).

De forma semelhante ao *Correio do Macapá* e *Pinsonia*, a *Folha do Rio Branco* buscava assinalar o seu pertencimento à pátria brasileira, ainda que em “rincões tão distantes do restante do Brasil”: “Bem longe vivemos aqui do coração de nossa Pátria! Brasileiros somos, porém, consolados, quando aparece algum sinal de regeneração e de levantamento para esta nação da qual somos parte” (*Folha do Rio Branco*, Abril/Maio de 1917, p. 1). Casos em que a civilização deve apascentar a presença de elementos fugídios, apócrifos, danosos para a República em processo de fabricação e também garantia de distanciamento das “trevas” monárquicas.

No Acre, da mesma forma, as preocupações civilizatórias se sobressaíam. Em 1908, *O Rio Acre*, primeiro jornal elencado pela antologia de Olinda Assmar (2008),

# TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

define-se como o órgão de uma “associação” e assinala a comoção republicana que alcança todo o Brasil:

Na febre de reformas por que está passando o Departamento, na sede de civilização que atormenta a todos que habitam este pedaço da pátria brasileira, uma lacuna se faz sentir a cada momento – a falta de um jornal noticioso e diário. Não vem o *Rio Acre* preenchê-la, que a tanto não chega nossa pretensão, mas contribuir, com o que estiver ao seu alcance, para minorá-la (*Rio Acre*, Apud ASSMAR, 2008, p. 19).

No mesmo sentido, a *Folha do Acre* apontava a disposição moral do povo acreano em aderir ao ciclo de reformas republicanas; noutras palavras, não havia só uma exuberante fauna como também um povo disposto a trabalhar de forma urbana e moralizada para o crescimento do país:

Sob a perspectiva material o Acre se nos apresenta de uma grandeza que nos seduz e embevece; sob a perspectiva moral ele se nos revela duma grandeza que nos emociona e arrebatada. Se são formosas as suas matas-írgens, se são deliciosos os seus regatos, se são preciosos os seus produtos naturais, se finalmente no seu conjunto a natureza se esmerou em dotá-lo com o que possui de mais caprichoso e rico, não menos belo e não menos formoso é o espetáculo moral que nos oferecem a abnegação, o trabalho perseverante, o amor e a coragem de seus filhos, que o estremecem num devotamento de todos os sacrifícios, todos os martírios (14 de agosto de 1910, apud. *ibid.*, p. 21).

Particularidade, contudo, não encontrada no Amapá e Roraima, diz respeito ao precoce combate impresso entre jornais surgidos nesse início de século, opondo “construtores”, firmemente adeptos da administração do Amazonas, e “autonomistas”, favoráveis a um governo independente no espectro da federação brasileira. *Cidade da Empresa*, órgão municipal, combate *O Acreano*, órgão de inclinação nativista favorável à autonomia do Acre. Assim declara o editorial da *Cidade da Empresa*:

Sua missão é de paz e de trabalho, a cuja sombra podem medrar e florescer as maiores e mais legítimas aspirações. E, conquanto publicação oficial, a *Cidade da Empresa* não se prende, nem prender-se pode a outro sentimento político que não seja o de trabalhar afoitamente pelo progresso desta terra, fadada aos mais altos desígnios (15 de julho de 1910, p. 20).

*O Acreano*, por outro lado, define suas preocupações autonomistas, lembrando o desleixo da administração nacional diante do Acre e o menosprezo votado àquela região pelas capitais Belém e Manaus:

Há alguns anos, quando se libertou da Bolívia, choveram sobre o Acre palmas e flores a mancheias; mas, então, eram os primeiros vagidos da criança que acendiam os sorrisos... Desde, porém, que ele começou a sentir e pensar, a querer, a União, figurando de madrasta, logo revelou a sua má vontade e desdém. E nessa má vontade, em coro, entram as praças de Manaus e Pará, com alguns jornais. É que, lá, já definiram a missão do Acre: encher de borracha os armazéns de Manaus e Pará, sujeitando-se a todas as exigências que lhe mandarem; encher de ouro o Tesouro Federal, á custa de formidável imposto que dele exigem (*O Acreano*, 14 de dezembro de 1911, apud. p. 30).

Esses sentimentos autonomistas se repetem no Tocantins, onde a *Folha do Norte* (1891-1893), considerado o primeiro jornal da região (COSTA et all, 2004), exprime a insatisfação local em pertencer ao governo goiano, o que resultaria na pretensão separatista manifestada mais claramente na década de 1950 (Ibid, p. 2). Importado de Nova Iorque, a tipografia foi apelidada, simbolicamente, de *Tipographia Tocantina*. O editorial do jornal anuncia, frisando a composição do seu público de habitantes do “Norte de Goiás”:

A todo goiano em cujo peito palpita o honroso sentimento de patriotismo é consagrado este jornalzinho que após uma longa e interrompida série de esforços conseguimos dar hoje à luz da publicidade. É o seu principal compromisso, pugnar pelo bem público dos nossos co-estadinos, ardente dos direitos do Norte, a nossa modesta folha, sem o brilho constituir-se uma pequena luz com o auxílio da qual fiquem transparentes as necessidades desta parte de Goyaz onde bem custosa é a vida pela fraca importância que gozamos dos poderes governantes. Neste centro abundante de inteligências incultas, porque (seja dito de passagem) a instrução raras vezes é louvavelmente distribuída, a *Folha do Norte* atira-se nas lutas do porvir, e é mais uma escola preparadora da nossa sociedade futura (*Folha do Norte*, 3 jul. 1891, apud. COSTA et all, pp 8-9).

O epíteto “Norte” aparece no jornal como uma forma semântica capaz de distinguir Tocantins de Goiás. O descaso do governo estadual diante do “Norte” teria levado mesmo a “uma atitude de desejar a separação, que justifica as queixas e fortalece os nossos ideais” (*Folha do Norte*, 21 jun. 1892, COSTA et all, pp. 10-1), unida, como de praxe nesse período, a um forte pendor republicano. Segundo os mesmos autores (COSTA et all), esse jornal inaugurou, através do artigo *O Engeitado*, de 30 de setembro de 1892, um esboço pioneiro do *mito da necessidade*, que embasaria os reclames separatistas do Estado de Tocantins.

Em Rondônia, a indefinição do território torna difícil uma incursão historiográfica precisa sobre quais jornais teriam tido uma ideia realmente clara a

respeito da especificidade de Rondônia no contexto amazônico; quer dizer, a ponto de realmente torná-lo um jornal “destinado” ao povo de Rondônia. Costuma-se apontar *O Humaythaense*, de 1891, como o primeiro jornal da região, na época território pertencente ao Amazonas. Em 1912, em Santo Antonio do Rio Madeira, pertencente ao município mato-grossense de Santo Antônio do Rio Madeira, era instalado o jornal *O Extremo Norte*, lembrando a mesma expressão utilizada pelo *Pinsonia*, do Macapá. Contudo, na capital Porto Velho, o primeiro jornal a ser impresso foi *The Porto Velho Times*, em 1909, onde ficava a matriz da empresa construtora da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, sendo destinado aos seus empregados norte-americanos. O primeiro jornal em português, na capital, seria o *Município*, de 1915. O crescimento da região, associado à estrada de ferro, deu um caráter identitário regional mais bem delineado, até Porto Velho crescer e se sobressair à Humaitá.

## Considerações finais

Parece “jogar a toalha” antes mesmo do jogo começar dizer que este artigo não pretendeu resolver o problema. De fato, não pretendeu. Através de uma coleta preliminar de bibliografia disponível sobre a imprensa nos vários estados do Norte, percebeu o quão longe a historiografia amazônica está de desenvolver estudos integrados sobre a construção da imprensa e a difusão das ideias modernas na Amazônia brasileira. Estudos isolados, concentrados sobre a definição de datas, são bons. Mas o problema mais amplo, a dificuldade da dispersão da palavra impressa na Amazônia, se esbate em uma série de problemas que vão desde o deslocamento, dificuldade de acesso a fontes e carência de estudos preocupados em estabelecer diálogos mais amplos entre pesquisadores.

No que de concreto pudemos concluir, a imprensa de Belém e Manaus consegue operar num ritmo semelhante ao do restante do país, acompanhando a dissolução da monarquia e abrindo-se ao sentimento patriótico da República a partir da década de 1880. Enquanto, nesse momento, Belém e Manaus experimentam uma proliferação de espaços, títulos e variedades impressas, as periferias, hoje capitais de Estados da federação, nem sequer possuíam tipografias. São consideradas terra ignota. Dada sua dificuldade em largar na corrida republicana, vão fazer, na virada do século, uma tardia

apologia das virtudes da civilização, da necessidade de cortar o sincrético, aderir o patriótico e unir-se numa identidade ocidental.

Se, portanto, essa identidade já é gestada em Belém e Manaus através do intermédio da imprensa, as periferias, hoje tão importantes para o entendimento da questão amazônica, sequer dispunham de tipografia. São compostas de elementos precários na corrida da palavra impressa, desenvolvida num ritmo bastante distante do paradigmático modelo carioca que orientou um século de construção letrada. Os ecos, contudo, são percebidos. E são essas refrações que cumpre indagar mais claramente. Bem como, por outro lado, formas mais diversificadas de leitura e entendimento das questões ilustradas.

De uma forma geral, as tipografias nas periferias da Amazônia buscavam destacar a abrangência da civilização brasileira – a República – para essas áreas até então consideradas limítrofes. Ao mesmo tempo, são capazes de oferecer pequenos compêndios de costumes, como acontecia com a *Folha do Rio Branco*, em Roraima, dizendo o que a população deveria fazer ou não para ser considerada civilizada. Nos casos mais extremos, como Acre ou Tocantins, observou-se pretensões autonomistas, rapidamente mitigadas pela força do discurso republicano e, portanto, convertidas em algo mais próximo de “queremos fazer parte do Brasil, mas o Brasil não sabe que existimos...”

## Referências bibliográficas

ASSMAR, Olinda Baptista. **Editoriais dos jornais de Rio Branco – Século XX** Antologia. Rio de Janeiro: Publit, 2008.

BARROS, Thiago Almeida. **Manifestações da modernidade no Pará provinciano. A Imprensa como arma na disputa de poder na Cabanagem (1833-1839)**. 2009. <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/Manifestacoes%20da%20modernidade%20no%20Para%20provinciano.pdf>. Acesso em Jun/2014.

BICALHO, Maria Fernanda. “Da colônia ao império”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia. BICALHO, Maria Fernanda. *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

CANTO, Fernando. “O Marabaixo de 1898”, 2009. <http://fernando-canto.blogspot.com.br/2009/07/o-marabaixo-de-1898.html>. Acesso em Jun/2014.



# TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes**. A Imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: Cejup, 1993.

COSTA, Lailton et all, “Folha do Norte (1891-1894), o jornal pioneiro da Imprensa Tocantins”, **II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. 2004. <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/2o-encontro-2004-1/FOLHA%20DO%20NORTE%20-1891-1894-%20.doc>. Acesso em Jun/2014.

IGNOTUS. **A imprensa no Maranhão, 1820-1880: sessenta anos de jornalismo**. Rio de Janeiro: Editores Faro & Lino, 1883.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**. A Guerra dos jornalistas na independência. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder**. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUNARO, Luís Francisco e ZOUEN, Maurício Elias. “Jornal do Rio Branco (1916-1919): O projeto beneditino de civilização na vila de Boa Vista do Rio Branco”. IN: **Anais do III Encontro Regional Norte de História da Mídia**. Boa Vista, 2014. Disponível em [www.ufrb.br/alcar](http://www.ufrb.br/alcar) . Acesso em maio de 2014.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. **Corcundas e Constitucionais**. A cultura política na independência (1820 – 1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. “Pensamentos vagos sobre o império do Brasil”, em Costa, Hipólito José da. **Correio Braziliense**. vol. XXX. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p 471.


RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e espaço público**. A institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964). Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

RODRIGUES, Edgar. **As comunicações sociais no Amapá**. s/d. Disponível em: <http://www.ap.gov.br/amapa/site/paginas/historia/comunicacoes.jsp> Acesso em Jun/2014.

SCHEIBE, Roberta e AUGUSTO, Isabel Regina. Por uma conversão do olhar: Desbravações epistemológicas no Amapá. **Jornal Alcar**, 2013. <http://www.ufrgs.br/alcar/jornal-alcar-9/por-uma-conversao-do-olhar-desbravacoes-epistemologicas-no-amapa>. Acesso em Jun/2014.

SEIXAS, Netilia et all. “O percurso da mídia impressa no Pará: uma viagem até Cameté do século XIX.” IN: **Anais do III Encontro Regional Norte de História da Mídia**. 2014. Disponível em [www.ufrb.br/alcar](http://www.ufrb.br/alcar). Acesso Mai/2014.

SEIXAS, Netilia. “Panorama da imprensa em Belém (PA): os jornais de 1822 a 1860”. IN: MALCHER, Maria Ataíde et all (org.) **Comunicação Mediatizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011.



# TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

UGARTE, Maria Luiza. Do jornal à academia: elites letradas e periodismo no Amazonas (1880-1920). **Amazônia em Cadernos**. Manaus : Editora Ufam, 2007.